
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA EDUARDA PIVA FERNANDES
PATROCÍNIO

AVALIAÇÃO NACIONAL DA
ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS
RESULTADOS



Rio Claro
2019

MARIA EDUARDA PIVA FERNANDES PATROCINIO

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO:
UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Orientador: Prof. Dra. Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de
Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada
em Pedagogia.

Rio Claro
2019

P314a Patrocinio, Maria Eduarda Piva Fernandes
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO :
UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS / Maria Eduarda
Piva Fernandes Patrocinio. -- Rio Claro, 2019
26 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Avaliação Educacional. 2. Avaliação Externa. 3.
Avaliação Nacional da Alfabetização. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha avó Rosa Maria. A pessoa que esteve ao meu lado no dia em que fiz minha matrícula nesta Universidade, e permanece comigo no dia da entrega deste trabalho. A pessoa que acreditou em mim nos dias em que nem eu mesma acreditei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar-me sempre pelos seus caminhos, que me trouxeram até aqui.

Ao meu amado pai, Mario Rogério, que foi e continua sendo meu maior exemplo de ser humano. Também aos meus irmãos, Gabriel, Maria Carolina e Elena, por me possibilitarem sentir um amor tão grande, mesmo em meio as atribulações da vida.

A todos os meus familiares, por sempre acreditarem em mim, e por serem essa fonte de amor inesgotável.

A pessoa que escolhi para compartilhar minha vida, Henrique, que nunca deixou me faltar apoio e amor durante esses anos. Também a sua família, que também considero como minha, pelo acolhimento e carinho.

A minha professora e orientadora Raquel, que despertou em mim o interesse que deu origem a este trabalho, além de ser um exemplo de docente que levarei comigo.

A todos os professores do curso de Pedagogia da Unesp que passaram pelo meu caminho, possibilitando a construção da professora que estou me tornando.

As minhas queridas amigas, Amanda, Francielle e Rafaela, que a Universidade me deu de presente, e que tornaram cada dia desses quatro anos mais leve e cheio de vida.

E, por fim, a todos os professores que passaram pela minha vida, deixaram suas marcas e me impulsionaram na escolha da minha profissão.

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.”
Paulo Freire

RESUMO

Partindo do pressuposto da avaliação em larga escala como instrumento de mensuração da qualidade da educação ofertada nas escolas públicas, a presente pesquisa tem por objetivo apresentar a Avaliação Nacional da Alfabetização. A busca por informações se deu através da consulta as Legislações e Documentos que norteiam e embasam a aplicação de avaliações como a Avaliação Nacional da Alfabetização, assim como uma revisão bibliográfica sobre as avaliações educacionais, as avaliações externas, e a avaliação nacional da alfabetização nas plataformas CAPES e Scielo. Além disso, foi feito um estudo dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), buscando identificar as potencialidades e limites para uma efetiva gestão dos resultados e diagnóstico do panorama da educação básica no Brasil, com ênfase no ciclo de alfabetização, que se encerra no 3º ano do ensino fundamental. A partir desses estudos nota-se uma real urgência de pensar os resultados das avaliações e suas implicações dentro do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Avaliação Educacional, Avaliação Externa, Avaliação Nacional da Alfabetização.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OBJETIVO GERAL	9
2.1 Objetivos Específicos	9
3 METODOLOGIA.....	10
4 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: UMA APRESENTAÇÃO	11
4.1 Avaliações Externas	12
5 AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO.....	15
6 CONVERSANDO SOBRE OS RESULTADOS DA ANA	18
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve início a partir de reflexões e questionamentos gerados na disciplina de Avaliação Educacional do curso de Pedagogia da Unesp. A temática das avaliações é extremamente ampla, passando pelas avaliações escolares presentes no cotidiano da sala de aula, e chegando até as avaliações em larga escala, em nível estadual, como a prova Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e nacional, como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que será aqui apresentada. Em ambos os casos, são avaliações que já estão presentes no cotidiano dos alunos e professores.

Desta forma, esta pesquisa busca, através da revisão bibliográfica, trazer apontamentos sobre a temática das avaliações educacionais e das avaliações externas. Nota-se que nos últimos anos houve um crescimento no número de produções acerca das avaliações em larga escala, uma vez que o assunto vem tomando certa centralidade nas políticas públicas de incentivo a qualidade da educação desde o ano de 1990. As produções que antes se limitavam a dissertar sobre as avaliações escolares, agora estudam a aplicação e os impactos das avaliações externas ao ambiente escolar.

Para Vianna (2013) uma das grandes problemáticas da avaliação em larga escala reside na falta de estímulo aos alunos. Da mesma forma como a motivação é necessária para a aprendizagem, para o autor a motivação também é necessária para as avaliações. Pois, num ambiente em que os próprios docentes não entendem a utilidade das avaliações externas, os alunos tão pouco entenderão. Assim, os impactos dos resultados das avaliações no trabalho escolar são diminuídos, não colaborando da forma como foram idealizadas para ser.

(...) os relatórios, elaborados para administradores, técnicos e, em geral, para os responsáveis pela definição e implementação de políticas educacionais, não costumam chegar às mãos dos professores para fins de análise, discussão e estabelecimento de linhas de ação. São demasiadamente técnicos, empregando um linguajar pleno de tecnalidades muitas vezes desconhecidas dos docentes e que poderiam ser evitadas. Por outro lado, esses mesmos resultados são apresentados em termos globais, sem identificação, como seria desejável, das unidades escolares, referindo-se, quando muito, a unidades macro, os estados (...) (VIANNA, 2013, p. 45)

Tais afirmações são preocupantes quando pensamos no papel do educador na execução das avaliações. Uma vez que, mesmo indiretamente, o trabalho do

professor também é avaliado, através do êxito dos alunos na prova, o mesmo precisaria fazer parte da gestão dos resultados dessas avaliações dentro do âmbito escolar. Para Machado (2012):

As informações coletadas e divulgadas pelo INEP são ferramentas imprescindíveis para a gestão da educação nacional, porém só fazem sentido quando desencadeiam as outras etapas necessárias para a efetivação da avaliação externa: a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho das escolas. (MACHADO, 2012, p. 73)

Assim, para além do caráter classificatório das avaliações em larga escala, buscam-se formas de fazer uma efetiva gestão de resultados, de forma coletiva e democrática dentro das escolas, de forma que sejam possibilitadas melhoras no processo de ensino e aprendizagem dos alunos atendidos pelos sistemas de ensino.

2 OBJETIVO GERAL

A pesquisa tem por objetivo apresentar a avaliação educacional em larga escala, com ênfase na Avaliação Nacional da Alfabetização, e identificar e analisar os resultados de sua aplicação nos anos de 2013 e 2014.

2.1 Objetivos Específicos

- Identificar e apresentar a legislação nacional sobre a temática das avaliações externas e especificamente sobre a Avaliação Nacional da Alfabetização;
- Identificar e apresentar os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização divulgados pelo INEP.

3 METODOLOGIA

Para analisar as diversas facetas do assunto, a pesquisa contará com uma revisão bibliográfica sobre a temática, utilizando-se das plataformas CAPES e Scielo, dos descritores: avaliação educacional, avaliação externa, avaliação nacional da alfabetização. Além disso, será feita uma análise documental, por meio de consulta a Legislação Nacional e aos documentos do INEP sobre a Avaliação Nacional da Alfabetização.

4 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: UMA APRESENTAÇÃO

As avaliações escolares são conhecidas e utilizadas como forma de mensuração da aprendizagem desde os primórdios da educação escolar propriamente dita. Onde se encontra uma sala com alunos e um professor, sem dúvidas há ali também uma forma de avaliar a aprendizagem desses alunos.

Embora tenhamos atualmente, com o avanço das produções científicas, estudos e pesquisas na área de avaliação educacional, um imenso leque de possibilidades que nos permite pensar formas de diversificar a maneira de avaliar o conhecimento obtido pelo aluno no processo de aprendizagem em sala de aula, a avaliação escolar tradicional, seletiva e classificatória ainda é a mais utilizada pelos sistemas educacionais, sempre justificada como uma medida de preocupação com a qualidade do ensino. Observamos que os próprios protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, professores e alunos, em seu maior contingente não conseguem pensar a avaliação escolar de outras maneiras. Em uma pesquisa realizada, Bertagna percebe que:

A fala dos alunos, mesmo os do 1º ano, que apenas vivenciaram um ano escolar, demonstrou que, a partir da sua entrada ou do seu ingresso na escola, já se vai construindo a compreensão de que se avalia para hierarquizar as pessoas ou classificar os alunos, mesmo que para eles essa diferença seja entre bons e maus. Essa compreensão intensifica-se no decorrer dos outros anos escolares. (BERTAGNA, 2010, p. 196)

Dessa forma, o objetivo da avaliação – classificar, selecionar, hierarquizar – sob a ótica dos seres participantes do processo escolar fica evidente. Além disso, nos sistemas educacionais vigentes, os conhecimentos valorizados e mensurados nas avaliações se limitam aos conteúdos lógico e matemático, acompanhados da língua portuguesa.

Não são avaliados os demais conhecimentos que o aluno possa vir a adquirir durante o seu processo de formação escolar, conhecimentos estes que são para Paro (2011) definidos como a apropriação da cultura em seu sentido pleno, onde estão incluídas informações, valores, artes, tecnologias, crenças, filosofia, direito, costumes, tudo que é produzido historicamente pelo homem e que, numa democracia, os alunos deveriam ter o direito de acesso.

4.1 Avaliações Externas

Como foi relatado, a avaliação educacional dentro da sala de aula, que busca mensurar a aprendizagem do aluno acerca de determinados assuntos, sempre existiu. Porém foi a partir de 1990, com a criação pelo governo federal do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sucedido pelo Exame Nacional de Cursos (ENC) em 1995 e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998, que se estabeleceram no panorama da educação brasileira as avaliações externas, processos de mensuração que são gerenciados em âmbitos externos ao escolar.

O SAEB é caracterizado como uma junção de avaliações externas em larga escala. Esse conjunto de avaliações tem por objetivo proporcionar ao INEP dados para que possa realizar-se um diagnóstico do nível em que se encontra a educação básica brasileira, de forma a fornecer indicativos sobre a qualidade do ensino ofertado nas escolas brasileiras.

A aplicação dessas provas e/ou questionários que compõem o SAEB, e que são aplicados pelo Inep, permite que seja avaliada a qualidade da educação praticada no país, de modo a oferecer subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas com base nas evidências que forem apresentadas.

O Censo Escolar é realizado anualmente, e se caracteriza como uma ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica brasileira e uma importante pesquisa estatística educacional de nosso país. Além disso, ele abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional, como o ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio); a educação especial; a educação de Jovens e Adultos (EJA); e a educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional). As médias de desempenho do Saeb, juntamente com os dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Desde sua criação em 1990, o Saeb passou por algumas reestruturações. Em 2005, passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que manteve as características, os objetivos e os procedimentos da avaliação utilizados até aquele momento, e a Avaliação Nacional do Rendimento

Escolar (Anresc), popularmente conhecida como Prova Brasil, criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas brasileiras.

A partir da criação desses instrumentos de avaliação e obtenção de indicadores sobre a educação, as avaliações em larga escala começaram a ocupar um lugar vital nas políticas públicas, sendo justificadas pelo INEP como incentivadoras da melhoria na qualidade da educação pública ofertada. Verifica-se que investigações que se dedicam a analisar as relações entre avaliações em larga escala e gestão escolar, tendem a aumentar em curto espaço de tempo, tendo em vista a centralidade que o tema vem conquistando nas diretrizes políticas da área da educação (Martins e Sousa, 2012, p. 9).

Na esteira das avaliações externas, onde o desempenho dos alunos é medido através de testes de conhecimento e habilidade em língua portuguesa e matemática, nota-se também que, segundo Machado:

Avaliar é um processo que pode ter como integrante o levantamento sistemático de informações dos alunos em testes padronizados, mas não se esgota nele. A análise dos dados obtidos, a produção de juízos de valor sobre eles e a utilização dos resultados alcançados na proposição e direcionamento de ações são etapas indissociáveis do ato de avaliar (Machado, 2012, p. 2).

Sendo assim, fica a cargo das equipes gestoras o papel de divulgar o desempenho obtido pelos alunos, gerenciando os resultados e usando-os para repercutir nas melhorias que são desejáveis para a instituição educacional. A esse processo que se dá o nome gestão de resultados, trazendo a mensuração externa para o cotidiano interno da escola.

Entretanto, é legítimo discordar da forma como alguns governos querem conduzir os processos avaliativos (FREITAS, et. al., 2012, p. 47), pois:

As políticas de avaliação centralizadas se esquecem que não basta o dado do desempenho do aluno ou professor coletado em um teste ou questionário e seus fatores associados. É preciso que o dado seja “reconhecido” como “pertencendo” à escola. Medir propicia um dado, mas medir não é avaliar. Avaliar é pensar sobre o dado com vistas ao futuro (FREITAS, L. C. et. al., 2012, p. 48).

Os autores reforçam então a necessidade de acontecer uma gestão efetiva dos resultados alcançados dentro da instituição escolar, moldando-os a realidade vivida pela escola e dessa forma, se reforça a importância de compreender a lógica da

avaliação e desvelar para que fins ela realmente tem servido: para classificação/seleção ou para transformação/emancipação do sistema educacional e, conseqüentemente, dos alunos atendidos.

Atualmente, os indicadores de qualidade e a classificação das escolas e sistemas de ensino têm grande repercussão na mídia, na sociedade, mas não possibilitam o entendimento adequado sobre avaliação, tornando-se recorrente os estudos apontarem que é necessária uma melhor compreensão do que é e para que serve a avaliação (Bertagna; Mello; Polato, 2014, p. 256).

Dessa maneira, fica clara a necessidade e a urgência de produções e estudos que busquem trazer ao cotidiano da escola a importância da utilização correta destes resultados, a importância de uma gestão de resultados democrática e humanista. Para isso, é necessário que todos os participantes do processo escolar: professores, alunos, funcionários, equipe diretiva e família entendam os objetivos das avaliações, e não a considerem o fim do processo educacional, mas sim uma ferramenta para a busca de mudanças e melhorias na qualidade do ensino.

5 AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO.

A ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) teve origem através da consolidação do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). O PNAIC foi instituído pela Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012 e configura um compromisso entre os governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios de assegurar que todas as crianças possam estar alfabetizadas até o fim do ciclo de alfabetização.

Tendo em vista esse panorama, é criada então pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a Avaliação Nacional da Alfabetização. A proposta da ANA, segundo a previsão da Portaria nº 867, prevê entre outras ações, a realização de uma “avaliação externa universal do nível de alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental, aplicada pelo Inep” (art. 9º, inciso IV). Essa avaliação então deveria “garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental” (art. 5º, inciso I).

Além disso, “o PNAIC responde à meta 5, do Plano Nacional da Educação, que define a obrigatoriedade da alfabetização até o final do 3º ano Ensino Fundamental” (XAVIER, BARTHOLO). Dessa forma, a consolidação do Pacto se daria através do apoio do Ministério da Educação ao sistema público de ensino, de maneira a possibilitar a alfabetização e o letramento dos alunos concluintes do ciclo de alfabetização. Segundo o Documento Básico da ANA:

A atenção voltada ao Ciclo de Alfabetização deve-se à concepção de que esse período é considerado necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita, e também à consolidação de saberes essenciais dessa apropriação, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outros saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares obrigatórios. (INEP, 2013, p. 5)

Assim, observa-se que os objetivos definidos pelo Ministério da Educação com relação a consolidação do ciclo de alfabetização ultrapassam a alfabetização e o letramento, explicitando um desejo de almejar uma educação completa, abrangendo o desenvolvimento de expressões diversas e a aquisição de outros saberes fundamentais.

Segundo Bonamino e Souza (2012), as avaliações em larga escala na história da educação brasileira podem ser divididas em três gerações: a primeira geração diz respeito as avaliações de caráter diagnóstico da qualidade da educação que está sendo ofertada, nesse caso os resultados das avaliações são divulgados e disponibilizados para consulta pública, mas não devolvidos para a escola; as avaliações de segunda geração têm seus resultados divulgados publicamente mas também há uma devolutiva para a escola, porém sem consequências materiais para a mesma; já no caso das avaliações de terceira geração são caracterizadas por políticas de responsabilização, existindo nesse caso sanções ou recompensas em virtude dos resultados de alunos e escolas. No caso dessa geração, são incluídas as responsabilizações explicitadas em normas e que envolvem formas de remuneração em função de metas estabelecidas. Dessa forma, observamos que a ANA faz parte das avaliações de segunda geração, uma vez que seus resultados são divulgados para consulta pública e devolvidos para as escolas. Nesse caso, não há uma responsabilização forte sobre os resultados e nem recompensas ou sanções para a escola, mas podemos observar que existem consequências simbólicas, pois espera-se que com a devolutiva dos resultados as equipes escolares mobilizem-se no sentido de busca de uma melhora na qualidade de ensino, além de favorecer a cobrança da comunidade e das famílias sobre a escola.

Fica definido então que a ANA seria realizada anualmente, e teria como objetivos principais:

- i) avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental. ii) produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino. iii) concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. (INEP, 2013, p. 7)

Tendo em vista os objetivos principais definidos pelo INEP, observamos que a ANA foi criada então para ser aliada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) na construção de melhorias e aumento da qualidade de ensino no sistema público.

Para alcançar a meta de realizar-se um diagnóstico do aprendizado ao final do Ciclo de Alfabetização, o INEP definiu os conceitos de alfabetização e letramento em língua portuguesa:

[...] alfabetização pode ser definida como a apropriação do sistema de escrita, que pressupõe a compreensão do princípio alfabético, indispensável ao domínio da leitura e da escrita. O letramento, por sua vez, é definido como prática e uso social da leitura e da escrita em diferentes contextos. (Inep, 2015, p. 20)

Ainda segundo o INEP, o conceito de alfabetização matemática pode ser considerado como o processo da criança em organizar as suas vivências, levando-as a construir um corpo de conhecimentos articulados que possibilitarão potencializar sua atuação como cidadão.

Entretanto, os próprios documentos normativos da prova apontam limitações quanto a capacidade da mesma de avaliar o aprendizado em todos os seus aspectos:

No que diz respeito ao conceito de letramento, verificam-se limitações em medir-se o uso social da língua escrita por meio de instrumentos aplicados em larga escala. No caso, entende-se que tal avaliação afere alguns aspectos do letramento, não todas as suas dimensões, mas aquelas relativas ao letramento escolar inicial, passíveis de serem medidas por itens objetivos ou por itens de produção escrita simples. (Inep, 2015, p. 21)

6 CONVERSANDO SOBRE OS RESULTADOS DA ANA

Conforme foi apresentado, em nosso país existem diversas iniciativas para a melhoria da qualidade de ensino, evidenciadas pelas políticas públicas criadas através dos anos. As políticas públicas de avaliação em larga escala muitas vezes buscam de forma velada, evidenciar problemas de ordem social que influenciam no processo educacional. De acordo com Bonafont (2004 apud MARTINS, 2011, p.498), a política pública pode ser entendida como um “conjunto de ações que leva a cabo um governo para alcançar um objetivo em relação a um problema de conflito social”. Sob essa ótica, a ANA configura-se fazendo parte do conjunto das políticas públicas criadas em vista de melhorias no processo de alfabetização dos estudantes das escolas brasileiras.

Destaca-se ainda que as avaliações externas podem ser por amostras ou censos, e as mesmas surgiram através da necessidade de monitoração do funcionamento das redes de ensino e da necessidade de fornecer precisão nos dados aos gestores na elaboração das políticas educacionais.

A ANA, se configura em uma prova padrão, tem as características das avaliações externas e possibilita a viabilização e comparação entre resultados, assim como também é norteadas por uma avaliação matricial onde os objetivos são específicos.

No ano de 2013 o Inep realizou a primeira edição da ANA, visando obter uma análise do nível de conhecimento dos alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental, em alfabetização e letramento em língua portuguesa e alfabetização em matemática.

A partir desse capítulo será possível identificar e apresentar os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização divulgados pelo INEP.

Alavarase (2013) afirma a respeito da utilização dos resultados das avaliações externas:

Conhecer e utilizar os resultados das avaliações externas nas salas de aula e cotejá-los com as avaliações internas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos e todas (ALAVARSE, 2013, p. 75).

As avaliações em larga escala precisam cumprir com o dever de auxiliar e contribuir com a prática pedagógica dos professores, afim de que os mesmos possam se auto avaliarem no que diz respeito a suas práticas, além de buscarem uma reflexão quanto aos ajustes necessários pensando na aprendizagem dos alunos.

Segundo Moraes (2012), o significado de alfabetização através de um currículo “é uma questão de responsabilidade para com a democratização da qualidade da educação pública”.

Quando analisado, o documento disponibilizado pelo INEP, que traz o resultado da aplicação da ANA nos anos de 2013 e 2014, o mesmo constata que em uma amostra de cinco alunos, apenas um conseguiu desenvolver a leitura de palavras sozinhas, e um número pequeno de alunos conseguiu atingir níveis altos de competência na escrita e leitura, no final do terceiro ano no ciclo de alfabetização.

Tendo em vista resultados como esse, é necessário que se façam questionamentos sobre a ANA e sobre os critérios de avaliação da mesma, além de reconhecer que em nosso país, muitos alunos não se encontram alfabetizados, mesmo ao final do ciclo alfabetização quando a ANA é aplicada.

Além de avaliar o conhecimento dos alunos ao final do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras, aferindo a competência dos mesmos na parte da leitura, escrita e matemática, a ANA também busca o fornecimento de dados dentro e fora do ambiente escolar, como informações a respeito do desenvolvimento do trabalho escolar, os níveis sócio econômicos da comunidade atendida, a formação dos professores, etc. Assim, essa avaliação traz alguns indicadores como forma de contribuir na percepção da equipe gestora e do quadro de docentes da escola sobre o trabalho realizado.

É o INEP quem aplica e em seguida avalia os resultados obtidos pela ANA, que está estruturada por meio de questionários, que possuem o intuito de absorver algumas informações sobre a oferta, ou seja, é válido para a equipe docente e gestora das escolas que são voltadas para o ciclo de alfabetização, e também por testes de desempenho em língua portuguesa e matemática.

A prova voltada para aferição dos níveis disciplina de língua portuguesa é composta de 17 questões objetivas de múltipla escolha e 3 produções de escrita. Já em matemática são 20 questões objetivas de múltipla escolha.

O INEP é responsável pela divulgação dos resultados da ANA para as instituições de ensino, com base na portaria nº 120, de 19 de março de 2014 (BRASIL, 2014), e somente a equipe gestora das escolas pode acessar essas informações de cada instituição que são divulgadas. Esses dados são divulgados por cada escola e publicado para o índice da alfabetização do Brasil. Não há resultados específico por aluno, os resultados são divulgados de forma geral a partir do desenvolvimento nas disciplinas de língua portuguesa (alfabetização e letramento e leitura e produção escrita) e matemática (alfabetização em matemática). Os resultados analisados estão presentes em um documento disponibilizado pelo Inep intitulado: Avaliação Nacional da Alfabetização: relatório 2013-2014. Volume 2: análise dos resultados.

ESCALA DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA	
NÍVEL	DESCRIÇÃO
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	Nesse nível, os estudantes provavelmente são capazes de: ✓ Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: ✓ Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto. ✓ Reconhecer a finalidade de texto como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio com ou sem apoio de imagem. ✓ Identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha. ✓ Inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.

Figura 1. Escala de proeficiência em leitura.

ESCALA DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA	
NÍVEL	DESCRIÇÃO
	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:
NÍVEL 3 (maior que 525 até 625 pontos)	✓ Localizar informação explícita em textos de maior extensão, como fragmento de literatura infantil, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou no final do texto. ✓ Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo. ✓ Inferir relação de causa e consequência em textos exclusivamente verbais – piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica – com base na progressão textual; e em textos que articulam a linguagem verbal e não verbal – tirinha; sentido em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal com vocabulário específico de textos de divulgação científica ou que exige conhecimento intertextual de narrativas infantis; o assunto de texto de extensão média de divulgação científica para estudantes, com base nos elementos que aparecem no início do texto; o significado de expressão de linguagem figurada em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.
NÍVEL 4 (maior que 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: ✓ Reconhecer relação de tempo em texto verbal e os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional. ✓ Identificar o referente de pronome possessivo em poema; o referente de advérbio de lugar em reportagem; o referente de expressão formada por pronome demonstrativo em fragmento de texto de divulgação científica para o público infantil. ✓ Inferir sentido em fragmento de conto; sentido de palavra em fragmento de texto de literatura infantil; assunto em texto de extensão média ou longa, considerando elementos que aparecem ao longo do texto, em gêneros como divulgação científica, curiosidade histórica para estudante e biografia.

Figura 2. Escala de proficiência em leitura.

Analisando o resultado das avaliações que foram realizadas nos anos de 2013 e 2014, no fator de desenvolvimento na área da leitura, observa-se o ano de 2013, níveis: 1 (24,13%), 2 (33,1%), 3 (32,63%) e 4 (9,92%); e no ano de 2014, níveis: 1 (22,21%), 2 (33,96%), 3 (32,85%) e 4 (11,20%).

Nestes resultados nota-se uma variação quantitativa pequena de um ano para o outro. Observam-se um índice maior das porcentagens nos níveis 2 e 3 e menor no nível 4. A porcentagem nos níveis 1 e 2 é maior que 50%, mais de 20% que se refere ao nível 1 (leitura restrita a palavras) e mais de 30% comparado ao nível 2 (leitura dependente de outros apoios além da escrita). Verifica-se no nível 1 uma recaída na porcentagem, enquanto a porcentagem do nível 3 (leitura de gêneros textuais

presentes no ambiente escolar) e do nível 4 (desempenhos mais complexos, necessários à leitura autônoma) resultam mais de 40%.

Quando pensamos os significados pedagógicos sobre os resultados da ANA, considera-se o quanto se faz importante e fundamental mudanças na parte pedagógica das escolas avaliadas. Os autores Micotti (2013) e Gatti (2011), defendem que se faz necessário formação para os docentes, para que possa haver mudanças da prática pedagógica.

Se observadas as competências solicitadas na ANA, nota-se que o ensino precisa atenção em relação as práticas de leitura com diferentes gêneros textuais e se a mesma não for correta e continuamente trabalhada, os resultados serão espelhados nas avaliações.

Em suma, os resultados obtidos na ANA, mostram que se fazem necessárias reflexões acerca da formação de professores em todos os sentidos e desta forma observa-se o quão importante tornam-se as avaliações no processo de aprendizagem dos alunos, com ênfase na fase de alfabetização.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a partir dos dados e fatos apresentados nesta pesquisa, podemos dizer que as avaliações externas precisam exercer a função de diagnóstico da aprendizagem escolar, mesmo sendo idealizada por pessoas em âmbitos externos ao da escola. A avaliação em larga escala pode e deve contribuir para revigorar o ambiente escolar, trazendo perspectivas de melhorias na qualidade do ensino ofertado aos alunos. Porém, essas funções da avaliação externa só podem ser cumpridas se existir uma efetiva gestão dos resultados dentro do ambiente escolar, através de diálogo entre direção, professores e comunidade.

Para Machado (2012) essa efetiva gestão significa:

(...) evidenciar elementos da realidade escolar e socializá-los com os profissionais da escola para edificar o trabalho coletivo na direção da concretização de uma escola pública democrática que, além de ser para todos, também ensina a todos. (MACHADO, 2012, p. 79)

Assim, é necessário termos definida claramente a ideia da escola que queremos construir, e dos alunos que queremos formar, para caminhar nesta direção.

Entretanto, a ANA como efetiva integrante do SAEB, não é configurada, como vimos, como uma política de forte responsabilização. Porém, para Dickel (2016):

(...) ao projetar seu foco para as aprendizagens das crianças, secundarizando ou omitindo informações necessárias à composição de um quadro mais complexo acerca de como ocorre o processo de alfabetização inicial, ela se eleva como estratégia de responsabilização dos professores pelos resultados do trabalho escolar. (DICKEL, 2016, p. 204)

Dessa forma, as avaliações assumem também um papel de monitoramento do trabalho do professor e da aprendizagem das crianças. Espera-se então que essas políticas de responsabilização, mesmo quando brandas, sirvam de embasamento para criação de políticas públicas de incentivo e melhorias nas instituições educacionais, para que de fato possa ocorrer uma real melhora na qualidade do ensino impulsionadas pela realização dessas avaliações.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVARSE, O. M. Avaliar as avaliações em larga escala: desafios políticos. Revista Educação, São Paulo, 2013.

BERTAGNA, R. H. Avaliação e progressão continuada: o que a realidade desvela. Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 3, p. 193-218, dez 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072010000300012&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 14 set. 2019.

BERTAGNA, R. H.; MELLO L. R.; POLATO A; Política e Avaliação educacional: Aproximações. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 2, p. 244-261, 2014.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022012000200007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília. 2013.

CRUZ, M. C. S.; TAVEIRA, A. S.; SOUZA, S. L. Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): Contribuições deste Instrumento na Percepção de Gestores e Professores. Revista Meta Avaliação, [S.l.], v. 8, n. 23, p. 183 - 215, ago. 2016. ISSN 2175-2753. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1018>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

DICKEL, A. A Avaliação Nacional da Alfabetização no contexto do sistema de avaliação da educação básica e do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: responsabilização e controle. Cad. CEDES, Campinas, v. 36, n. 99, p. 193-206, Ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000200193&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 ago. 2019.

FREITAS, L. C. et. al. Avaliação institucional: induzindo escolas reflexivas. In: Avaliação Educacional: caminhando pela contramão. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GATTI, B. Licenciaturas: características institucionais, currículos e formação profissional. Formação de educadores: dilemas contemporâneos. São Paulo: 2011.

INEP. Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico. Brasília. 2013.

INEP. Avaliação Nacional da Alfabetização: relatório 2013-2014: volume 1: da concepção à realização. Brasília. 2015.

INEP. Avaliação Nacional da Alfabetização: relatório 2013-2014: volume 2: análise dos resultados. Brasília. 2015.

MACHADO, C. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. Revista @mbienteeducação, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 70 - 82 dez.2017. ISSN 1982-8632. Disponível em: <<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/117>>. Acesso em: 6 set. 2018.

MARTINS, P. S. O financiamento da educação básica como política pública. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela

ANPAE, [S.l.], v. 26, n. 3, abr. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19795/11533>>. Acesso em: 28 set. 2019.

MICOTTI, M. C. O. Leitura e escrita: como aprender com êxito por meio da pedagogia por projetos. São Paulo: Contexto. MEC. FNDE. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE/2014-2024. Brasília. 2014.

MORAIS, A. G. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

PARO, V. H. Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 695-716, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 set. 2019.

VIANNA, H. M. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1057/1057.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

XAVIER, R. S. S. F.; BARTHOLO, T. L. Os impactos do pacto nacional pela alfabetização na idade certa: uma revisão sistemática. Educ. rev. Belo Horizonte, v. 35, e211143, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100421&lng=en&nrm=iso> Acesso em 29 ago. 2019.